

Enquanto o mundo for mundo

O que nos contam os arquivos de família sobre a história social de Portugal entre os séculos XIV e XIX? Um projeto inédito em torno da política dos vínculos e da lei do morgadio, financiado pelo Conselho Europeu de Investigação, deu origem a uma base de dados com milhares de registos documentais inéditos na História de Portugal. Reportagem ao universo dos arquivos mais antigos do país que ainda se encontram guardados nas casas de família



+E



TEXTO ANA SOROMENHO
FOTOGRAFIAS ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

TRADIÇÃO
O vínculo encontrado no louceiro na Quinta da Foz

M

olelos é uma pequena freguesia no município de Tondela com pouco mais de dois mil habitantes, onde domina o Paço com o mesmo nome, um típico casarão senhorial da Beira Alta, que teve preexistência numa torre medieval, evoluída para solar quinhentista, ao qual foi acrescentado um novo corpo no século XIX. A fachada ainda é do XVII. E neste orgânico mosaico arquitetónico podemos sentir a vibração do tempo na pedra, para intuir os anos de abundância familiar. É uma casa afável. Tem entrada por uma *loggia* perfumada de laranjeiras, janelas e varandas com vistas generosas sobre a paisagem. Assistiu a um número ao qual já se pensou a conta de nascimentos e de mortes. Assistiu a muitas partidas e chegadas, a guerras, a convulsões políticas e revoluções. Foi esventrada e saqueada. Reajudou e tremou nos anos de boas e de más colheitas, sobreviveu às mais variadas intempéries, até ser quase destruída em 2017 por um fogo que veio do céu, em rajadas de vento a 100 quilómetros hora, e lambeu uma parte do jardim que perdeu os seus mais belos exemplares. Camélias, o tilipeão da Virgínia, o cedro do Atlas, duas árvores classificadas que foram mandadas plantar por antepassados navegadores nas viagens dos Descobrimentos. Foi o acontecimento mais traumático na sua longa vida, neste início do novo milénio.

Entre o século XIV e o XIX, imperou em Portugal a lei do morgado. Ano após ano, década após década, gerações unidas por laços de sangue sucediam-se na indelével certeza de que o tempo se manteria imutável, enquanto se cumprisse o vínculo deixado aos descendentes por um antepassado. O vínculo era uma instituição criada por um fundador, gerando uma corporação familiar na qual se definiam os estatutos e a transmissão do património que reglavrava não só a vida material dos parentes vivos e dos futuros membros da família como até dos falecidos. Naquele tempo, numa Europa do Sul extremamente devota, acreditava-se piamente que o corpo era passageiro e que depois de serem salvas as almas perdurariam na vida eterna. Os vínculos nascem assim por influência da Igreja e do direito canónico, que conseguiu imaginar um sistema de identidades jurídicas sem corpo, organizado em torno de duas realidades intemporais, a descendência e as almas dos fundadores dos vínculos, instituído deste modo na genética familiar a perpétua memória dos antepassados.

O património era um bem inalienável. Cabia ao varão primogénito receber a melhor parte da herança, cujos bens não se podiam desanexar, acarretando todas as responsabilidades e encargos que

diziam respeito àquela família, a fim de transmitir para as gerações seguintes o que lhe coubera em vida e tudo o mais o que tinha conseguido acrescentar. Tudo ficava predefinido. Desde a gestão das propriedades à forma como a herança deveria ser governada, os encargos monetários estipulados para o número obrigatório de missas que se deviam celebrar para que a alma do fundador do vínculo e dos antepassados se pudessem libertar do purgatório o mais depressa possível para receberem o descanso eterno, às capelas onde seriam enterrados os defuntos, quais os santos a quem se devia devoção, até ao inventário dos linhos e das pratas e tudo o mais que se encontrava nas áreas e no recheio das casas. E se tudo acontecesse como se previa, invariavelmente o que pudesse acontecer, aconteceria sempre da mesma maneira, segundo a lei do morgado.

Esta figura do *pater familias*, que proclama a autoridade do ascendente mais antigo e tem origem no Direito Romano, teria também a ver com a convicção de que o primeiro filho gerado seria o mais parecido com o pai, por ser ele o primeiro a receber o mais puro sêmen e o melhor sangue do progenitor.

Mas, claro, na ordem natural da vida não é sempre assim que as coisas se passam. Crenças e comportamentos foram-se afinando em inúmeros acertos, sempre mais pragmáticos do que idealistas, para que fosse assegurada a continuidade do clã. Em caso de delicência ou até de má conduta do varão macho, por exemplo, ou não havendo nenhum na prole descendente, poderia uma das “fêmeas” assumir esta incumbência, desde que cumprisse todas as prerrogativas, cuidadosamente escritas. Nalguns casos teria a obrigação de casar com um familiar paterno. Noutros, determinava-se que aquela herança seria assumida pela senhora da casa se esta não se misturasse com sangue mouro ou judeu. As mães, perante a morte do patriarca, deixavam-se indicações precisas quanto à futura educação dos herdeiros e de como deviam gerir os bens até à idade maior do primogénito.

Testamentos e vínculos eram então selados não só à hora da morte, como na iminência dela antes de uma qualquer guerra ou viagem, onde, depois de expressas todas as vontades, terminava-se o documento sempre com a frase: “Enquanto o mundo for mundo”, selando nesta divisa vinculada na condição da vida eterna o poder terreno dos senhores do feudo.

OROSTO DO VÍNCULO

Esta ideologia, vincular e corporativa, marcou profundamente as mentalidades. Segundo nos indica Maria de Lurdes Rosa, historiadora e professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e uma das nossas maiores especialistas em arquivos familiares, “este sistema construído em torno do fundador de um clã, cuja vontade era acerte do lei dentro e fora da família, que estabeleceu relações com a política e a economia, negociou a tradição e controlou a mudança, foi o fenómeno social mais determinante das sociedades pré-modernas, enquanto modelo central de reprodução de elites e teve consequências quase até aos dias de hoje na sociedade portuguesa.”

Em 2018, a investigadora recebeu uma das maiores bolsas europeias na área da ciência, concedida pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC). Foram cerca de 1,6 milhões de euros, que lhe permitiram montar uma equipa e um programa de pesquisa



e de comunicação de ciência e proteção do património documental. Nasceu assim o projeto Vinculum, que desde então construiu uma base de dados com milhares de registos documentais, localizou documentos inéditos na História de Portugal, promoveu o seu estudo e restaurou alguns dos mais valiosos, que ficaram disponíveis digitalmente.

Em Portugal foram instituídos cerca de sete mil vínculos. A documentação que lhes sobreviveu, e os comprova, encontra-se dividida entre arquivos familiares particulares e a Torre do Tombo, cujo levantamento e estudo é fundamental para compreender e interpretar a uma nova luz a organização daquela sociedade fundiária.

Este património está espalhado por todo o território, não só em Portugal mas também nos antigos espaços coloniais. Podemos sempre encontrar uma capela, uma instituição ou uma casa senhorial com arquivos de várias proveniências que nas entrelinhas revelam não só contextos históricos como também vontades, aspirações, afetos e histórias de vida. Para Maria Lurdes Rosa, os arquivos são um vício. Desde 2008, altura em que decidiu iniciar um programa de investigação sobre arquivos de família, tem-se dedicado a localizar este riquíssimo e esquecido património documental, o que a levou, a ela e à sua equipa, a percorrer o país de norte a sul, visitando colecionadores, casas senhoriais e arquivos públicos de todo o tipo.

O património era um bem inalienável. Cabia ao varão primogénito receber a melhor parte da herança, cujos bens não se podiam desanexar

“Os arquivos que ainda estão na posse das famílias são muito mais interessantes, porque fazem parte do espírito da casa e mantêm viva a memória porque estão impregnados pela mística familiar”, refere. “Quando comecei a fazer este trabalho pensava, erradamente, que as pessoas que guardavam os arquivos não sabiam o que tinham, o que não é verdade. Em todas estas famílias há sempre alguém a quem interessa muito o estudo do arquivo, e dedicam parte do seu tempo a catalogar, verificar nomes, datas, e a retificar genealogias, reorganizando e atualizando-o.” É uma tarefa de minúcia que exige paixão, num trabalho que parece não ter fim.

HISTÓRIAS DE FAMÍLIA

No Paço de Molelos, o guia da investigadora Maria de Lurdes Rosa é Manuel Ferros, o mais novo entre os três filhos da proprietária, Maria Manuela Magalhães e Meneses Ferros. A casa é o elo de ligação familiar. Todos usufruem, todos contribuem. Quem ficar com ela é assumido que não está nas suas preocupações. O que o preocupa agora é conseguir tirar daqui o mais depressa possível o arquivo familiar que a casa ainda guarda. “Percebemos que, afinal, tudo é efémero”, diz-nos, mal entramos na sala onde os antepassados se apresentam perfilados na “galeria dos retratos”, como é costume haver nestas casas senhoriais, contrariando com esta frase aquelas inalienáveis convicções sobre a perenidade.

ESTUDO Em redor dos documentos, Manuel Ferros mostra parte do arquivo de família a Maria de Lurdes Rosa, que lidera uma equipa de investigação

Brevíssimos lampejos de vidas acendem-se perante os rostos severos das ilustres figuras. Do primeiro senhor de Molelos ao último passaram 13 gerações. O familiar mais antigo constituir vínculo terá sido um tal senhor Martin Fernandes, ainda em 1387, num documento que se encontra na Torre do Tombo, na chancelaria de D. João I. Mas o morgadio de Molelos foi fundado em 1520, por Henrique Esteves e a sua mulher, Filipa Nunes, no mesmo ano em que as embarcações conduzidas por Fernão Magalhães dobravam pela primeira vez o estreito que ficou com o nome do navegador. Três homens da mesma geração pintados a óleo em traje de cavaleiros medievais e que combateram juntos na Batalha de Aljubarrota foram personagens distintos das crónicas de D. João. “Este é o capitão da Ala dos Namorados”, descobre encantada a investigadora, explicando que assim era denominada a ala dos solteiros que estiveram naquela batalha. “O que funda o vínculo, o tal senhor de Nandufe, tem dois filhos”, legenda Manuel Ferros. “O mais velho fica com uma capela em Coimbra. Depois com a terça disponível dele e da mulher, os nomes separam-se e dão origem a outros ramos familiares, Tovar e Nápoles, que vão acumulando vários morgadios. A vida das pessoas girava à volta destas coisas.”

Para seguir, não basta cruzar os documentos, a genealogia é fundamental. Foi a partir dela que já no século XVIII, foram mandados pintar todos estes retratos, por Inácio Ferrão e Sousa, que se seu testamento mandou que se renunciasse todos os quadros de família. Num retrato a óleo isolado numa sala, deparamo-nos com o último morgadio de Molelos, que se apresenta de opulentas brancas e texto explicativo da sua condição: “António de Tovar de Magalhães e Albuquerque, 3º visconde de Molelos, 13º senhor do paço de Molelos, último senhor da casa de Folhadosa. Bacharel formado em Direito e bisneto do Sr. Ignácio de Magalhães Pinto Castelo Branco Ferrão e Sousa de Vasconcelos”. Foi triste a vida deste homem, cujo pai, secretário militar de D. Miguel, comandou as tropas na célebre batalha do Algarve, que deu origem à grande ferrovia miguelista, durante as guerras liberais. António Tovar ainda nasceu nesta casa e teve uma única filha, que morreu jovem. A mulher enlouqueceu, voltou para junto da família no Porto, deixando o visconde numa vida de reclusão. Sem geração que o sucedesse, legou parte da herança para a criação de um asilo de meninas órfãs em Molelos e outra parte para um asilo de idosos em Seia. A casa permaneceu na família por um acaso familiar.

O herdeiro que escolheu, o trisavô de Manuel Ferro, acabou por morrer antes do testador e coube a herança à sua filha, Maria Barata de Tovar Pereira Coutinho. “Ficou conhecida como a trisavó Barata, vivia numa quinta próxima de Coimbra, contava-se que montava bem a cavalo e gostava de passear sozinho à noite pela quinta, mas levava sempre com ela um revólver com cabo de madrepérola, não fosse encontrar pelo caminho algum malfeitor.” Quando morreu, já no final do XIX, a casa ficou fechada durante 40 anos. “A minha bisavó vivia em Coimbra e só uma vez por ano vinha levantar as rendas. A minha mãe herdou diretamente dessa avó, e quando chegou à quinta e entrou no quarto, pegou no

roupão do bisavô, que estava pendurado exatamente no mesmo lugar onde tinha sido despido pela última vez, e ele desfez-se em pó.” Foi um período de grandes estragos e o arquivo, que tinha sido posto em ordem pelo marido da tal senhora Barata, juntando todos os documentos que existiam num índice completo, ficou encerrado em arcas mal vedadas, sofrendo dos ataques ferozes da rataria e da humidade. Foi graças ao pai de Manuel, funcionário da Torre do Tombo, que se entregou à tarefa de separar documentos por grupos distintos, distribuídos por pastas e divididos em 14 caixas, que foi recuperado. O desejo da família é que seja entregue no arquivo distrital de Viseu, para que os investigadores possam usufruir da sua documentação.

O FASCÍNIO PELOS ARQUIVOS

Até à extinção dos morgadios era obrigatório o arquivo estar ativo e organizado nas casas senhoriais para se poder fazer prova da posse das terras e das rendas, havendo sempre cópias nas paróquias, no cartório local ou no arquivo régio, muitas com contendas entre parentes que se habilitavam ao morgadio, mal morria alguém sem descendência. “Há uma briga no século XVIII que envolve 35 pessoas de uma família. Quando havia dúvidas, pediam a um genealogista para investigar, muitos deles eram uns pobretanas e havia uns quantos que chegavam a falsificar genealogias e pessoas que mudavam o nome para ficar com a herança”, conta Maria Lurdes Rosa. Desde que se iniciou o programa de defesa dos arquivos de família, já foram estudados em teses e outros trabalhos cerca de 12 acervos familiares. “São arquivos extremamente difíceis de estudar, acumulam milhares de papéis num labirinto de gerações e de alianças, testemunhando a enorme variedade de tarefas levadas a cabo pelos corpos familiares.”

Grande parte do tempo de Teresa Mourão e de Fábio Duarte, dois dos cinco jovens investigadores que integram o projeto Vinculum, é passado na Torre do Tombo, vendo página a página enormes volumes feitos nas vésperas do Terramoto de 1755 e que por uma enorme sorte escaparam à hecatombe, preservando cópias de arquivos de centenas de casas e igrejas lisboetas. “A maioria dos documentos que estamos a trabalhar nunca foram vistos ou estudados na sua totalidade”, explicam. “O nosso trabalho é, precisamente, ler, organizar e introduzir os documentos numa base de dados, para que toda a informação recolhida possa servir aos investigadores que trabalham nestas áreas e lhes darão novas perspetivas sobre o património não só económico e social, mas também artístico e cultural sobre um tempo histórico que ainda tem muito para explorar”, refere Teresa. Para ela, o trabalho nos arquivos é fascinante. É a parte invisível do passado que se torna luz quando os começa a explorar. Uma espécie de ‘máquina do tempo’ que a transporta para outro universo que se ativa, mal pega nos pesados tombos. A medida que passa as páginas, cuja leitura só quem estudou paleografia consegue decifrar, vai apontando fragmentos de desejos, conflitos e vontades... Um tal de Francisco Botelho e a sua mulher Beatriz querem ser enterrados na capela onde se encontra o avô e entram em contendas com os padres da paróquia que querem trasladar os ossos para outro sítio. Para que isto não aconteça, vão criar um vínculo e comprar uma capela para ser o panteão familiar, deixando casas para a sustentar e um contrato com as missas que devem ser rezadas para que os descendentes os

possam celebrar. Páginas à frente, surge a indicação a que não se dê alforria a determinado escravo por “ser o melhor de Portugal”. Um pouco mais adiante, há uma senhora que perdeu o marido em Alcácer Quibir e pede aos herdeiros que o procurem e tragam o corpo para junto dos antepassados. Casais sem filhos deixam a herança aos criados e um pai vincula os bens com a condição que o administrador “seja doutor”, mesmo que não seja o primogénito. Alguém de nome João Afonso dá indicações precisas sobre o dia do seu funeral, onde devem estar “presentes todas as ordens da cidade e os clérigos da freguesia”, que lhe dirão horas cantadas, missa e ladainha, e a indicação de antes de levarem o corpo para casa, deverão pô-lo em leito em que estiver um caixão com a ossada do seu filho Diogo, ao lado do coração, para serem enterrados juntos. Há vínculos que informam sobre obrigações pias — como aquele em que o administrador do morgadio terá de lavar os pés em público aos três pobres mais “desamparados” que encontrar todas as quintas-feiras da Semana Santa — e outros indicando quem deve ficar com a biblioteca, as pautas de música ou os cargos académicos que devem ser hereditários. Existem também inúmeros vínculos sobre posses de terra conquistados nos territórios ultramarinos, desde as ilhas, Brasil e África, e até o destino a dar aos escravos. Durante toda a Idade Média, até à segunda metade do século XIX, propriedade e memória andam sempre juntas. É toda uma sociedade que se forma nesta cultura vincular, e se revela por palavras em testamentos e cartas, dando constantemente provas escritas da sua existência, “num tempo”, como nos indica Fábio Duarte, em que “quase toda a população era praticamente analfabeta”. Acrescenta o historiador: “É muito recente na historiografia medievalista incluir o estudo destes arquivos de família, não só em Portugal mas também na Europa. Depois do liberalismo, a ideia que se forma é que esta cultura vincular e do varão primogénito foi uma violência exercida sobre a família. Ainda somos herdeiros do pensamento do século XIX e dos preconceitos gerados sobre esse passado.”

NOVA ORDEM DO MUNDO

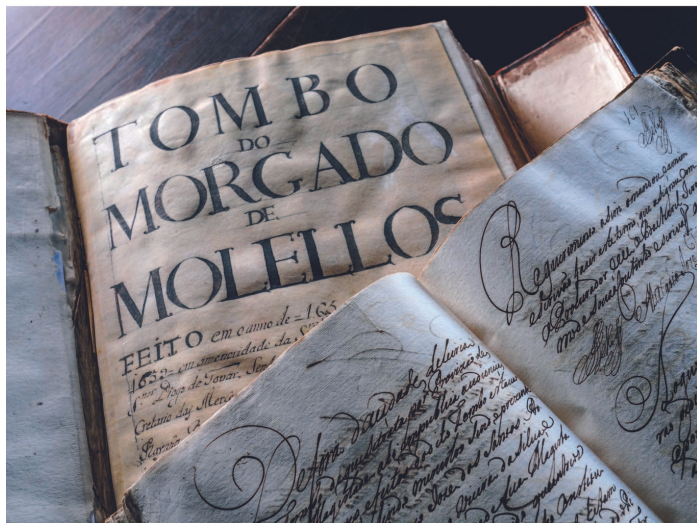
A verdade é que mesmo depois da reforma liberal, muitas das casas e propriedades senhoriais que continuavam sem se poder desanexar, estavam arruinadas e tinham de continuar a acarretar todas

Nos espelhos de vidro antigo refletem-se, esbatidos, os retratos de gente cujos nomes se repetem de geração em geração

as despesas e obrigações de manter as capelas bem tratadas com as velas acesas e os paramentos limpos e a quantidade de missas que tinham de continuar a pagar por alma dos antepassados. Dizia Marquês de Pombal que “metade das propriedades do reino estava na mão das almas do outro mundo” e as leis reformistas introduzidas pelo Iluminismo decretam, a partir de 1768, a proibição de instituir a alma como herdeira da propriedade. “O que até então era uma coisa perfeitamente banal. Contava que Dona Maria I, depois dessa lei, começou a ter pesadelos com os antepassados, por o pai, D. José, ter ido naquela história do Império Marquês”, conta a historiadora. Apesar das tentativas de Pombal e dos juristas liberais, como Mouzinho da Silveira, se baterem fortemente pela desanexação da propriedade, só em 1863 surge, no reinado de D. Luís, uma lei que extingue definitivamente os morgadios. A partir de então, a propriedade passa a poder ser dividida e vendida, e todas estas casas que só tinham razão de existir enquanto tiveram agarrado a elas um morgadio, têm de se reconstruir a partir de uma outra lógica.

Foi precisamente esta curva da História, que rompeu com um sistema que irá alterar a ordem do mundo, provocando um verdadeiro terramoto nas convicções da sociedade de então, que motivou Alexandre de Quevedo Freemon a escolher entre as inúmeras personalidades que povoaram a Quinta do Ferro, a história de Maria José Gusmão Mesquita de Araújo Coutinho, para lhe escrever a biografia. Alexandre é luso-americano e tem forte ligação a Portugal. Sobre tudo à Quinta do Ferro, situada a poucos quilómetros de Trancoso, onde passou grande parte das férias de infância e juventude. É um lugar magnífico, com a casa com vistas sobre um jardim de bucho e tanque romântico. Ele e Gregory são filhos de mãe portuguesa e pai americano, herdaram a quinta por via do tio materno, Vasco Quevedo Pessanha, que não teve filhos, e lhes transmitiu o amor por este território e, em especial, pelo arquivo.

Alexandre é gestor, Gregory advogado. Este último resolveu vir em 2019 com a mulher e os filhos passar um ano a Portugal. Entretanto, aconteceu a pandemia provocada pela covid e por cá ficou. Alexandre vive na Califórnia, mas fez questão de estar presente no dia em que visitámos a Quinta do Ferro. Abrimos o computador sobre a sólida mesa de carvalho que se encontra ao centro da biblioteca onde se alberga o arquivo e ligámos o Skype. São seis da manhã na Califórnia, duas da tarde em Portugal. “A casa tem uma história bastante interessante e independente do arquivo”, começa por dizer. “Eram terrenos que, pelos séculos XV e XVI, pertenciam ao conde de Marialva, mas com a sua súbita morte, houve a extinção da linhagem e foram entregues ao convento de Ferreirim, em Lamego. Depois, durante quase 200 anos ficaram na mão de arrendatários, que eram cristãos-novos, e sobre esse tempo existem vários processos confirmados em documentos da Inquisição. Só no final do século XVII os nossos antepassados regressaram à Beira Alta para retomar o contacto com as suas terras”, refere. Grande parte do arquivo foi o tio que organizou e escreveu um livro sobre a história da casa, com a ajuda de Cristina Nogueira, museóloga e investigadora independente. “Eu herdei este gosto. Na minha geração sou o único que se interessa em aprofundá-lo e uma das coisas que me interessa mais perceber através dos documentos é o contexto económico e social da região, porque estas



ESCRITO Pormenor do livro de vínculos do morgado de Molelos

casas eram o centro jurídico e económico daquele pequeno mundo”, reflete. Não se poupou a esforços. Ao longo dos anos aprendeu *online* paleografia e arquivística, estudou a fundo a História de Portugal.

Hoje, a quinta é um grande desafio para o irmão, que se ocupa do projeto agrícola, transportando-a para o futuro, enquanto ele trata do passado. O arquivo é a alma da casa, que lhe traz as vozes das pessoas que a ocuparam. Mas é também um trabalho difícil, de conteúdo bastante técnico, pois são sobretudo documentos jurídicos que dizem respeito à gestão da propriedade, “complicados de penetrar”. Para que Alexandre possa entender a lógica desse período da transição provocado pela Revolução Liberal e a forma como tal afetou a família, precisou de pegar na correspondência privada para chegar à vivência dos anteriores proprietários. Foi procurando estas pistas que chegou à biografia daquela antepassada, Maria José Gusmão, fidalga de província e matriarca da família. “O que motivou a sua vida foi a coincidência de viver acontecimentos tão importantes na História da Europa como a Revolução Francesa e o fim dos morgadios. Era extremamente religiosa numa época em que a religião começava a deixar de ser o motor daquela sociedade, e foi protagonista de um acontecimento traumático na memória familiar”, revela. Em 1834, em plena guerras miguevistas, Maria José de Gusmão fica viúva e duas semanas depois a casa é assaltada com violência, num ato de vingança, por representar o poder dos morgados. “Ela foi a vítima direta desse roubo e acabou por se tornar a personagem principal do fim dos morgadios, porque nas décadas seguintes lutou muito para recuperar a casa e o nome da família, enquanto ocorriam todas as enormes mudanças que assolavam o país”, continua Alexandre. “Um dos aspetos que acho muito interessante e

bastante misterioso é que teve dois filhos e nenhum deles casou. O que de algum modo demonstra que esse ímpeto que teve na luta pela continuidade da família e do património acabou por não acontecer, perdendo-se então o seu propósito de viver naquele mundo em transição mas ainda tão fortemente marcado pelos valores da cultura nobiliárquica.”

Esse roubo que marcou a memória da família e de toda a região, foi integrado na gíria local com uma expressão que só quem ali vive consegue decifrar. Conta Gregory: “Quando aparece alguém com joias novas é costume dizer-se: ‘Isto cheira a Quinta do Ferro’”, revelando-se nesta metáfora o lastro invisível do peso da história.

ATÉ À ETERNIDADE

No chão da capela da Quinta da Foz, na Foz do Arelho, na lápide de António Vaz Bernardo, primeiro morgado da casa, afirma-se ao mesmo tempo a posse da casa e a importância da sepultura familiar. O vínculo físico esculpido na pedra tem uma emanção mais poderosa do que um documento guardado.

Maria de Lurdes Rosa tinha ouvido falar deste arquivo há cerca de cinco anos, por um acaso. Foi com surpresa que quando entrou na casa se deparou com um extraordinário documento dentro do louceiro da casa de jantar: um extenso livro de partilhas relativo ao vínculo familiar, ainda com encadernação em cabedal original do início do século XVI, “impecável, feito para durar”. A historiadora pega nele e vai lendo: “Este é o testamento de Gonçalo Gil Barbosa, aparecem aqui vários nomes de navegadores amigos de D. Manuel”, conta. “Este homem tem uma história incrível. Era escrivão em Santarém, da média nobreza, foi para a Índia para ganhar dinheiro na armada de Pedro Álvares Cabral, participa na descoberta do Brasil, depois de chegar à Índia, não se sabe

porquê, não foi ao encontro do samorim de Calecut [hoje Calcutá], onde foi morto Pero Vaz de Caminha, que era para ser o leitor de Cochim, e acabou ele por ficar com o cargo e enriqueceu. Não esteve lá muito tempo. Regressou em 1502, não devia já vir muito bem e deixou o testamento à mulher, que ficou viúva com 49 anos, e aos seis filhos, a maioria ainda menores.” A descrição dos bens é detalhada. Joias, vestidos, cavalos, livros raros, despesas de funeral, a descrição das propriedades, o destino das casas, indicações precisas aos primeiros filhos machos. “Um deles pensa-se que esteve em Roma, presume-se que foi espião ao serviço de D. Manuel, os dois a seguir combateram no Norte de África. Quem acaba por ficar com tudo isto é a filha, Lucrecia”, conta.

Francisco Paiva Calado conhece bem as histórias da casa. O pai, de quem herdou o nome, era um apaixonado pelos documentos, tinha-os empilhados dentro de gavetas, mas sabia exatamente onde estava cada um, conhecendo os antepassados com proximidade de ameno convívio. “Este Barbosa, era quase irmão do meu marido”, diz Maria Isabel Paiva Calado, que se junta ao grupo. “Já a mãe dele, de quem herda a casa, gostava dos documentos e das histórias da família e passou-lhe esse gosto. É engraçado porque o meu neto mais velho também se interessa e gostava muito de conversar com o avô.”

Atravessamos na sua companhia as salas que se ligam, pisando o soalho centenário. Em cima da mesa da sala, onde folheáramos livros e documentos para auscultar as aspirações e desejos de gente morta há séculos, está pousado um tão perfeito arranjo de flores de cera que quase parece ter acabado de sair das mãos da mulher que o fez no século XIX. Nos espelhos de vidro antigo refletem-se, esbatidos, os retratos de gente cujos nomes se repetem de geração em geração. Também os objetos fazem parte do arquivo, é através deles que se perpetuam memórias. Este aspeto, que surpreende e encanta os turistas que se hospedam na casa, que é turismo de habitação — a única forma de a manter — é o grande encanto destes solares, onde o tempo genealógico não corre ao mesmo ritmo do tempo cronológico. Sentiramos essa ativação acontecer mal entráramos na capela da casa, onde ainda estão enterrados os antepassados, protegidos pela imagem de Nossa Senhora de Guadalupe, a santa padroeira da família. Também o nome da santa foi vinculado por um familiar longínquo que determinou que esse seria o nome a dar as todas as primeiras filhas. “Quando comecei a namorar com o pai dos meus filhos, uma das coisas de que me avisou logo foi que a primeira filha que nascesse teria de ter este nome.” Guadalupe, a irmã mais velha de Francisco, aproxima-se e entra na conversa. Tem 51 anos, o irmão 47. A herança da terra perpetrou-se na família muito para lá do tempo dos morgados. Mesmo sendo mais novo, é para Francisco, engenheiro-agrónomo, que será a casa, cabendo-lhe assim a missão de a transportar para a geração seguinte. “É uma coisa que nem se questiona”, sublinha Guadalupe. Francisco confessa que sente o peso desta responsabilidade. E foi na esperança de que os filhos sentissem também essa pertença que se mudou de Santarém, onde vivia, para a Foz do Arelho. Talvez assim a corrente vincular que paira ainda na história que o arquivo conta nunca chegue a ser definitivamente cortada. Enquanto o mundo for mundo. ●

asaramenho@expresso.impresa.pt